



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0006958-11.2013.815.0371 – 6ª Vara Mista da Comarca de Sousa/PB

RELATOR: Des. Carlos Martins Beltrão Filho

APELANTE: Ministério Público do Estado da Paraíba

APELADA: Jenoveva de Sousa Guedes

ADVOGADO: João Hélio Lopes da Silva

APELAÇÃO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. INTELIGÊNCIA DO BROCARDO *IN DÚBIO PRO REO*. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Havendo dúvida razoável acerca da materialidade e da autoria delitivas, diante do contexto probatório dos autos, inviável a condenação, que deve ser amparada em provas concretas. Mera probabilidade não é certeza capaz de justificar o decreto condenatório.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal acima identificados;

ACORDA a Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em **negar provimento ao recurso** do Ministério Público, nos termos do voto do Relator, e em harmonia com o Parecer da Procuradoria de Justiça.

RELATÓRIO

Perante o Juízo da 6ª Vara Mista da Comarca de Sousa, Jenoveva de Sousa Guedes, Aline Silva do Nascimento e João Maria da Silva, devidamente qualificados, foram denunciados como incurso nas sanções dos arts. 33 e 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, conforme narrativa constante da exordial acusatória que passo a transcrever (fls. 03/05):

“Noticiam os autos do inquérito policial em anexo que no dia 06 de dezembro de 2012, por volta de 10h30m, em uma residência localizada no Conjunto Frei Damião, nesta cidade, a segunda e o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

terceiro denunciados, acima qualificados, foram flagrados de posse de substâncias entorpecentes que visavam guardar na residência citada, de propriedade da primeira denunciada, na qual também foi encontrada certa quantidade de droga.

Conforme sobressai dos autos, a operação que deflagrou a atividade delituosa foi empreendida por agentes especializados da polícia civil que há um determinado tempo investigavam a prática de crime de tráfico de drogas e perceberam que alguns moradores do Conjunto Frei Damião estavam cedendo suas casas aos traficantes para que guardassem certas quantidades de drogas, sem levantar suspeitas, em troca de dinheiro.

No dia do fato, a polícia observava o local quando o terceiro denunciado que se encontrava na residência da primeira denunciada, percebendo a presença daquela, tentou empreender fuga, momento em que arremessou um saco plástico em cima da residência da primeira denunciada. Ao revistar o embrulho os policiais detectaram a presença de substância semelhante a cocaína e ao efetuarem busca na residência da primeira denunciada, encontraram em cima da mesa da cozinha outras porções da mesma substância. Foi encontrado ainda, dentro da geladeira do imóvel, um tablete de maconha prensada e 'uma biritá de maconha' enrolados em um saco plástico.

Em seguida, a segunda e o terceiro denunciados foram conduzidos pelos policiais até a residência dos mesmos, localizada na cidade de Cajazeiras, local aonde foi encontrado cerca de meio quilo de pasta base de cocaína, indicando, assim, que a segunda e o terceiro denunciados possuíam a droga em depósito e a distribuía para a cidade de Sousa, aonde a mesma era guardada na residência da primeira denunciada, para então ser revendida.

A autoria do crime resta evidenciada pelos depoimentos constantes nos autos enquanto que a materialidade fica estreme de quaisquer dúvida em virtude dos laudos de exames químico-toxicológicos de fls. 30/32 e 34/36 que atestam que as substâncias apreendidas eram maconha e cocaína.”

Às fls. 37/38 e 40/41, respectivamente, encontram-se os Laudos de Constatação nº 0013.0113PA e nº 0012.0113PA, referentes aos Exames Químico-Toxicológicos realizados nas substâncias apreendidas.

Recebimento da denúncia em 05.04.2013 (fl. 45).

Sentença julgando extinto o processo em relação aos acusados Aline Silva do Nascimento e João Maria da Silva, seguindo a instrução no tocante a ré Jenoveva de Sousa Guedes (fls. 251/252).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Ultimada a instrução criminal e oferecidas as alegações finais pelo Ministério Público (fls. 282/284) e pela Defesa (fls. 287/288), o Juiz *a quo* sentenciou às fls. 292/296, julgando improcedente a pretensão punitiva do Estado, **absolvendo** Jenoveva de Sousa Guedes das acusações feitas contra ela.

Inconformado com a decisão adversa, o Ministério Público apelou (fl. 296-v), requerendo em suas razões recursais (fls. 299/305), a reforma da Sentença para que a ré seja condenada pelos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006, em concurso material.

A Defesa do apelado ofertou as contrarrazões (fls. 310/311), pugnado pelo desprovimento do recurso.

Já nesta Instância, seguiram os autos à douta Procuradoria de Justiça que, em parecer, opinou pelo desprovimento do recurso de apelação (fls. 319/322).

É o relatório.

VOTO

A pretensão recursal do Ministério Público consubstancia-se na contrariedade à Sentença absolutória proferida pelo Magistrado singular, pugnando por sua reforma, no sentido de condenar a ré, sob o argumento de que há nos autos provas suficientes para a condenação.

Compulsando detidamente os autos, tenho que razão não assiste ao Órgão Ministerial de primeiro grau, posto que, o confronto das provas coligidas nos autos não autoriza concluir com absoluta segurança que tenha a acusada praticado os crimes que lhes são imputados na inicial, o que impõe, por conta disso, sua absolvição, nos termos do art. 386, VII, do CPP.

Vale registrar que a testemunha ministerial (Policial Civil Helládhyo Felinto Sampaio), ao ser ouvida em Juízo (mídia/DVD – fl. 267), afirmou que avistou a pessoa de Aline Silva do Nascimento em frente a porta da casa da acusada, tendo esta avisado a João Maria da Silva sobre a aproximação da Polícia, ocasião em que João correu para o interior da citada residência, em direção aos fundos da casa, tendo o saco que continha a droga rasgado, havendo o derramamento de parte da substância ilícita no chão da casa, jogando outra parte da droga no telhado.

Ora, em que pese restar evidente que parte da droga fora apreendida no interior da residência da acusada – fato, inclusive, confirmado por ela – não ficou claro que a substância entorpecente lhe pertencia ou que a acusada



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

armazenava a mesma, tampouco que havia uma associação entre a acusada e as pessoas de Aline Silva do Nascimento e João Maria da Silva para fins de traficância.

Ademais, embora o representante do Ministério Público, em suas razões recursais, questione a versão defensiva da acusada – a qual declarou que apenas atendeu ao pedido de Aline e João Maria, os quais procuravam sua vizinha de nome Damiana, contudo, não estando Damiana em casa, foram até a casa da acusada, pediram-lhe um copo d'água, bem como para aguardar em sua residência o horário de visitas do CEA, onde iriam visitar um cunhado de Aline (mídia/DVD de fls. 267) – o fato é que a prova produzida no curso da instrução criminal, mormente a prova testemunhal, evidencia, para fins do que se busca apurar através do presente processo, apenas a apreensão da droga, porém não deixam claras a materialidade e a autoria dos delitos supramencionados, no tocante a pessoa de Jenoveva de Sousa Guedes.

Merece registro ainda o fato de que as pessoas de João Maria da Silva e Aline Silva do Nascimento foram processadas perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras/PB (Processo nº 0000099-20.2013.815.0131), em relação aos fatos supramencionados e, ao final, o referido réu foi condenado pelo crime tipificado no art. 33 da Lei de Drogas e absolvido da acusação da prática do delito previsto no art. 35 da citada lei, e a mencionada ré absolvida das acusações em relação a ambos os crimes.

Assim, pela análise dos presentes autos, conclui-se que a materialidade e autoria dos delitos de tráfico e associação para o tráfico não restaram evidenciadas, em relação à apelada Jenoveva de Sousa Guedes, com a clareza que exige um decreto condenatório, ou seja, há nos autos mais elementos que conduzem à dúvida, do que à certeza da ocorrência dos crimes.

Ressalte-se que no processo criminal não se admite incertezas; ou se demonstra cabalmente a autoria e a materialidade do delito ou se absolve, pois a dúvida é sinônimo de ausência de provas.

Destarte, havendo um mínimo de incerteza, prevalece o princípio do *in dubio pro reo*, tornando-se preferível absolver mil culpados do que condenar um inocente.

Acerca do acima exposto, vale transcrever o posicionamento da jurisprudência de nossos Tribunais, *in litteris*:

| | | | |
|--------------|---|---------------|---------|
| 58196531 | - | APELAÇÃO. | RECURSO |
| MINISTERIAL. | | TRÁFICO DE | DROGAS. |
| CONDENAÇÃO. | | INSUFICIÊNCIA | DE |



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

ELEMENTOS PARA UM JUÍZO SEGURO. DÚVIDA QUE FAVORECE AO RÉU. ABSOLVIÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Inexistindo prova bastante da prática do comércio ilícito de substância entorpecente, capaz de sustentar um édito condenatório (art. 33 da Lei ° 11.343/2006), a manutenção da sentença absolutória é medida que se impõe sob pena de violação ao Princípio do In Dubio Pro Reo. 2. Recurso desprovido. (TJPE; APL 0174735-44.2012.8.17.0001; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. Fausto de Castro Campos; Julg. 01/11/2016; DJEPE 25/11/2016)

89043922 - APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. DÚVIDAS QUANTO À AUTORIA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. Se a prova dos autos não gera a certeza de que os acusados estivessem envolvidos com a substância entorpecente apreendida, impõe-se a absolvição com fundamento no princípio in dubio pro reo. Precedentes deste Tribunal. 2. Recurso provido. (TJMG; APCR 1.0390.11.004926-4/001; Rel. Des. Eduardo Brum; Julg. 23/11/2016; DJEMG 30/11/2016)

87127487 - TRÁFICO DE ENTORPECENTES. Ausência de provas capazes de ensejar o Decreto condenatório. Impossibilidade de amparar condenação em prova precária. In dubio pro reo. Recurso ministerial desprovido. (TJSP; APL 0087077-09.2014.8.26.0050; Ac. 9974887; São Paulo; Décima Quinta Câmara de Direito Criminal; Rel. Des. Ferreira da Cruz; Julg. 10/11/2016; DJESP 22/11/2016)

64823281 - APELAÇÃO CRIMINAL. Tráfico ilícito de drogas e associação para o tráfico (arts. 33, caput, e 35, caput, ambos da Lei n. 11.343/06). Édito absolutório. Inconformismo da acusação. Pretensão condenatória desprovida de provas robustas. Negativa de autoria dos denunciados harmônica nas duas fases



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

em que foram ouvidos. Presença de contradições entre os depoimentos extrajudiciais e judiciais dos policiais militares que participaram da prisão em flagrante. Ausência de outros indicativos da traficância. Incidência do princípio do in dubio pro reo. Manutenção da decisão. Recurso desprovido. (TJSC; ACR 0016652-92.2014.8.24.0023; Florianópolis; Quarta Câmara Criminal; Rel. Des. Rodrigo Collaço; DJSC 08/11/2016; Pag. 435)

Nesse quadro de míngua probatória, correta a absolvição de Jenoveva de Sousa Guedes, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, em harmonia com o Parecer do d. Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao apelo do Ministério Público**, mantendo inalterada a Sentença absolutória.

É o meu voto.

Presidiu o julgamento, com voto, o Exmo. Sr. Des. Arnóbio Alves Teodósio, Presidente da Câmara Criminal, dele participando, além de mim, Relator, o Exmo. Sr. Juiz Carlos Antônio Sarmiento (convocado, com jurisdição limitada, para substituir o Exmo. Sr. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos), Revisor.

Presente à sessão de julgamento o Exmo. Sr. Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões “Des. Manoel Taigy de Queiroz Melo Filho” da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de Março de 2017.

João Pessoa, 22 de Março de 2017.

Des. Carlos Martins Beltrão Filho
Relator